

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,
Apresentamos os V. Ss., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da **Equatorial Previdência Complementar**, Entidade Aberta de Previdência Complementar, inscrita no CNPJ: 42.150.987/0001-70, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do parecer dos auditores atuantes independentes e do RAI - Relatório dos Auditores Independentes. **Política de reinvestimentos:** o resultado apurado, superávit de R\$ 16.876.724,47 será incorporado ao patrimônio da Entidade.

Quadro administrativo: foi mantido quadro de associados controladores da Entidade, bem como a sua Diretoria Executiva.

Negócios sociais: a Entidade opera em todo território nacional, com planos previdenciários sob a forma de pecúlio e renda, assim como, com assistência financeira aos participantes. No exercício de 2024 foi apurado R\$ 7.815.580,97 de Contribuições para Cobertura de Risco, uma redução equivalente a 4,45% em Vrelação ao período anterior, porém o Superávit do Exercício obteve um incremento de 22,53%, em função de resultado do período anterior, impactando favoravelmente na elevação do Patrimônio Líquido em 13,94% em comparação com o exercício anterior.

Perspectivas futuras: Levantamos como premissa a racionalização e o aperfeiçoamento da Entidade. Dentro do cenário político no País que mostra uma economia com fragilidade, com aumentos de gastos públicos, inflação acima da meta e taxa de juros futuros em nível muito elevado, na casa de 15,25% a.a. A Diretoria juntará seus esforços no treinamento na equipe de corretores terceirizados, na busca de novas oportunidades e novos convênios de consignação. Mantemos nossos investimentos em tecnologia e segurança de informação, otimizando nossas operações de forma ágil e com segurança, buscando redução de inadimplência, bem como minimizar riscos de fraude. Empenhados em melhorar a experiência de nossos associados, bem como na regulação de benefícios.

Controles Internos e Compliance: A Equatorial Previdência mantém um compromisso sólido com a integridade e a transparência, refletido em seu Compliance, e em sintonia às melhores práticas de Governança Corporativa, e recente processo de incorporação de práticas ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa).

Outros eventos: A Assembleia Geral dos Controladores, em 27/09/2024, deliberou favoravelmente pelo aumento do capital social da EQ Seguros S. A., com a subscrição de novos ações preferenciais.

Continuidade Operacional: as demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Entidade no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

Goiânia (GO), 12 de fevereiro de 2025.

A Administração

Aldemiro Pereira Faleiro - Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Ilmos. Srs. administradores da
Equatorial Previdência Complementar
Goiânia - GO

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria dos períodos anteriores

As demonstrações contábeis da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR para o período findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 27 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis.

• Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2025.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC RS 4632/O
DIEGO ROTERMUND MOREIRA - Contador CRC RS 68603 S GO - CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

| A T I V O | | Nota Explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|--------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | | 36.050.046,62 | 28.825.301,00 |
| Disponível | | | 1.586.551,65 | 2.916.596,85 |
| Caixa e bancos | | | 1.586.551,65 | 2.916.596,85 |
| Aplicações | 5 | | 18.673.275,48 | 11.367.888,15 |
| Créditos das operações de previdência complementar | | | 8.449.999,85 | 7.740.018,48 |
| Valores a receber | 6 | | 8.449.999,85 | 7.740.018,48 |
| Títulos e créditos a receber | | | 7.259.913,16 | 6.718.480,56 |
| Títulos e créditos a receber | | | 32.212,20 | 27.902,70 |
| Assistência financeira a participantes | 7 e 8 | | 7.220.909,76 | 6.675.341,66 |
| Outros créditos | 9 | | 6.791,20 | 15.236,20 |
| Despesas antecipadas | | | 80.306,48 | 82.316,96 |
| | 10 | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | 100.293.476,69 | 90.839.176,79 |
| Realizável a longo prazo | | | 81.686.358,57 | 75.282.287,39 |
| Títulos e créditos a receber | | | 81.686.358,57 | 75.282.287,39 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11 | | 598.800,31 | 401.871,48 |
| Assistência financeira a participantes | 7 e 8 | | 81.087.558,26 | 74.880.415,91 |
| Investimentos | | | 14.927.797,26 | 11.965.970,85 |
| Participações societárias | 12.a,b | | 13.618.873,45 | 10.611.418,00 |
| Imóveis destinados a renda | 12.c | | 1.308.923,81 | 1.354.552,85 |
| Imobilizado | | | 3.660.018,18 | 3.565.364,51 |
| Imóveis de uso próprio | 13 | | 1.896.240,00 | 1.990.398,84 |
| Bens móveis | 13 | | 1.010.358,07 | 852.134,10 |
| Outras imobilizações | 13 | | 753.420,11 | 722.831,57 |
| Intangível | | | 19.302,68 | 25.554,04 |
| Outros intangíveis | 14 | | 19.302,68 | 25.554,04 |
| Total do ativo | | | 136.343.523,31 | 119.664.477,79 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

P A S S I V O

| P A S S I V O | | Nota Explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|----|------------------|-----------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | | 3.931.628,74 | 4.007.217,93 |
| Contas a pagar | | | 822.129,10 | 1.092.275,39 |
| Obrigações a pagar | 15 | | 207.225,07 | 355.501,01 |
| Impostos encargos sociais a recolher | 16 | | 383.509,95 | 481.529,42 |
| Encargos trabalhistas | 17 | | 197.068,75 | 200.965,51 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | | 25.369,19 | 43.490,04 |
| Impostos e contribuições | 19 | | 8.956,14 | 10.789,41 |
| Débitos de operações com previdência complementar | | | 487.107,58 | 92.125,36 |
| Operações de repasses | 20 | | 483.982,70 | 91.022,67 |
| Outros débitos operacionais | 20 | | 3.124,88 | 1.102,69 |
| Depósitos de terceiros | | | 557.503,37 | 970.043,46 |
| Provisões técnicas - previdência complementar | 21 | | 2.064.888,69 | 1.852.773,72 |
| Planos não bloqueados | 22 | | 2.064.888,69 | 1.852.773,72 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | 624.323,58 | 746.413,34 |
| Contas a pagar | | | - | 28.993,36 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | | - | 28.993,36 |
| Outros débitos | | | 624.323,58 | 717.419,98 |
| Provisões judiciais | 25 | | 624.323,58 | 717.419,98 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | 131.787.570,99 | 114.910.846,52 |
| Patrimônio social | | | 844.200,00 | 844.200,00 |
| Reservas de reavaliação | | | 266.934,50 | 274.865,06 |
| Reservas de retenção de superávits | | | 323.935,93 | 323.935,93 |
| Superávits ou déficits acumulados | | | 130.352.500,56 | 113.467.845,53 |
| Total do passivo | | | 136.343.523,31 | 119.664.477,79 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em Reais)

| | Nota Explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------------|----------------------|----------------------|
| Benefícios retidos | 28 | (516.115,35) | (916.075,94) |
| Custos de aquisição | 28 | (1.907.127,11) | (1.941.966,45) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 28 | (542.601,95) | (406.125,29) |
| Contribuições para cobertura de riscos | | 7.815.580,97 | 8.179.286,83 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | 13.478,32 | 64.344,58 |
| Prêmios ganhos | | 7.829.059,29 | 8.243.631,41 |
| Despesas administrativas | 28 | (11.428.044,70) | (9.717.802,85) |
| Despesas com tributos | 28 | (352.552,44) | (335.113,01) |
| Resultado financeiro | 28 | 23.229.331,45 | 18.210.889,48 |
| Resultado patrimonial | 28 | 538.135,28 | 562.182,80 |
| Resultado operacional | | 16.850.084,47 | 13.699.620,15 |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | | 26.640,00 | 74.000,00 |
| Superávit do período | | 16.876.724,47 | 13.773.620,15 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
(Em Reais)

| | Nota Explicativa | 31.12.2024 |
|---|------------------|----------------------|
| Superávit do período | | 16.876.724,47 |
| (+) Realização de Reserva de Reavaliação | 26 | 7.930,56 |
| Total do resultado abrangente do período | | 16.884.655,03 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
(Em Reais)

| Discriminação | Nota Explicativa | Patrimônio social | Reservas de | | Superávits ou déficits acumulados | Total |
|--|------------------|-------------------|-------------------|------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| | | | Reavaliação | Retenção de superávits | | |
| Período findo em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | |
| Saldos iniciais em 01.01.2023 | | 844.200,00 | 282.795,62 | 323.935,93 | 99.686.294,82 | 101.137.226,37 |
| Reserva de reavaliação | | | | | | |
| Realização | 26 | - | (7.930,56) | - | 7.930,56 | - |
| Superávit do período | | | | | | |
| | | - | - | - | 13.773.620,15 | 13.773.620,15 |
| Saldos finais em 31.12.2023 | | 844.200,00 | 274.865,06 | 323.935,93 | 113.467.845,53 | 114.910.846,52 |
| Mutações do período | | - | (7.930,56) | - | 13.781.550,71 | 13.773.620,15 |
| Período findo em 31 de dezembro de 2023 | | | | | | |
| Saldos iniciais em 01.01.2024 | | 844.200,00 | 274.865,06 | 323.935,93 | 113.467.845,53 | 114.910.846,52 |
| Reserva de reavaliação | | | | | | |
| Realização | 26 | - | (7.930,56) | - | 7.930,56 | - |
| Superávit/déficit do período | | | | | | |
| | | - | - | - | 16.876.724,47 | 16.876.724,47 |
| Saldos finais em 31.12.2024 | | 844.200,00 | 266.934,50 | 323.935,93 | 130.352.500,56 | 131.787.570,99 |
| Mutações do período | | - | (7.930,56) | - | 16.884.655,03 | 16.876.724,47 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

| | Nota Explicativa | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------------|----------------|-----------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Superávit/déficit do período | | 16.876.724,47 | 13.773.620,15 |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciações e amortizações | 13 | 397.425,70 | 425.642,88 |
| Variação no valor justo de propriedades para investimentos | 12.b | (82.936,00) | (81.760,60) |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | 13 e 14 | (26.640,00) | (74.000,00) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12.a | (49.619,45) | (421.729,62) |
| Variações nas contas patrimoniais: | | | |
| Ativos financeiros | 5 | (7.305.387,33) | 5.511.970,51 |
| Créditos das operações de previdência complementar | 6 | (709.981,37) | (1.471.748,05) |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11 | (196.928,83) | (2.771,58) |
| Despesas antecipadas | 10 | 2.010,48 | (15.009,50) |
| Outros ativos | 7 e 8 | (6.748.574,95) | (10.584.029,08) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 15 A 19 | (297.306,38) | 247.879,19 |
| Impostos e contribuições | | (1.833,27) | (2.055,02) |
| Débitos de operações com previdência complementar | 20 | 394.982,22 | (318.840,70) |
| Depósitos de terceiros | 21 | | |

e) Risco operacional - consiste na possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, bem como devido a fraudes ou eventos externos. Este risco inclui também o risco legal, mas exclui os riscos associados a decisões estratégicas, imagem ou reputação. Dentro do risco legal, são contempladas multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, decorrentes do não cumprimento de leis e normativos vigentes, bem como perdas associadas a decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. Para mensurar o risco operacional, a Entidade adota como procedimentos a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens e causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo, e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco;

f) Risco estratégico - os riscos estratégicos estão associados com as decisões estratégicas da Entidade para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. O gerenciamento de risco de estratégia busca mitigar os riscos a um nível aceitável. A gestão se traduz na definição de indicadores e metas para acompanhamento da estratégia;

g) Risco de compliance: são os riscos associados ao não cumprimento de leis, regulamentos, normas e políticas internas por parte da Entidade. É realizado, pelos controles internos e riscos, o monitoramento constante e controle sobre a implementação interna das normas e resoluções emitidas pelos órgãos reguladores; e

h) Risco reputacional: refere-se à possibilidade de eventos que possam prejudicar a imagem, credibilidade ou marca da Entidade, muitas vezes causados por outros riscos. Isso inclui publicidade negativa, verdadeira ou não, que possa afetar a percepção pública da empresa.

03 - Das demonstrações contábeis

a) Elaboração - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Susep, no que não contrariem a Circular nº 648/2021 e alterações;

b) Apresentação - em comparabilidade com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício atual, situações essas, quando aplicável, evidenciadas em notas explicativas;

c) Preparação - requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 17 - Encargos trabalhistas;
- Nota 22 - Provisões técnicas - Previdência complementar; e
- Nota 25 - Outros débitos.

d) Moeda funcional - a moeda funcional da Entidade é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e

e) Emissão - A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2025.

04 - Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. As contribuições para planos de previdência são conhecidas como Rendidas de Contribuições Retidas pela vigência do risco e os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período. As despesas com comissões dos planos de previdência são reconhecidas no resultado mediante o diferimento mensal em prazo não superior a 12 (doze) meses, e para as comissões vitalícias são reconhecidas no resultado, quando da consolidação do processo de comercialização;

b) Equivalentes de caixa - são representados por valores em espécie e saldos bancários que são utilizados no gerenciamento de compromissos imediatos;

c) Títulos e valores mobiliários - são classificados em: (I) **ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período; (II) **ativos financeiros mantidos até o vencimento** - caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (III) **determinação do valor justo** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. (Nota 05);

d) Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber - classificadas no Ativo Circulante pelos respectivos valores originais, sendo na rubrica Consignação de órgãos averbadores, reconhecidos quando da emissão do risco, e na rubrica Riscos vigentes não recebidos, os valores pertinentes a parcela das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte, permanecendo nesta até o prazo de 90 (noventa) dias quando é reconhecida no resultado pela Redução ao Valor Recuperável ou em decorrência do cancelamento do plano;

e) Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes - classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante, com os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e Redução ao valor recuperável - constituída com base em levantamento dos contratos que apresentam inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, os quais são considerados integralmente vencidos;

f) Depósitos judiciais e fiscais - classificados no Ativo Não Circulante pelos respectivos valores originais;

g) Investimentos - classificados no Ativo Não Circulante e constituídos por: **Participações societárias**: (I) **Sociedade controlada** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado através da avaliação pelo método da equivalência patrimonial; e (II) **Outras participações - Conta capital** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação; e **Imóveis destinados a renda** - representado por bens imóveis urbanos - terrenos - registrados e demonstrados pelos respectivos valores de aquisição;

h) Imobilizado - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, estando os imóveis acrescidos de reavaliação conforme laudos de 30.11 e 12.12.2006, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de: 4% imóveis; 10% móveis e utensílios; 20% equipamentos e veículos 20%; e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;

i) Intangível - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de 33,33% sistemas aplicativos, e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;

j) Redução ao valor recuperável - ativos financeiros (incluindo recebíveis) - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecidos publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa;

k) Provisões técnicas - previdência - Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)** - é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguo aceito, brutos das operações de resseguo e líquidos das operações de cosseguo cedido, obedecidos os seguintes critérios e legais. A metodologia utilizada no cálculo da IBNR é a pautada no teste de consistência realizado sobre as observações passadas, referente aos sinistros avisados com atrasos, cujas informações são advindas dos quadros estatísticos do FIP. Os sinistros observados serão aglutinados por mês de atraso até a data-base avaliada, e, posteriormente, adotaremos critérios estatísticos, como média e desvio padrão, à definição final da IBNR. **Provisão de Despesas relacionadas (PDR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A provisão abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - esta provisão abrange os valores referentes às devoluções de contribuições que estão sob juízo. **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - é constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP). **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes, referente as rendas a vencer, sendo calculada conforme metodologia constante na nota técnica atuarial;

l) Provisões trabalhistas - constituída pela provisão para férias, calculadas e reconhecidas mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;

m) Outros débitos - provisões judiciais e administrativas - classificados no Passivo Não Circulante, de acordo com o CPC 25, são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração; (Nota 25); e

n) Outros ativos e passivos - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e os contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

05 - Classificação das aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, conforme abaixo:

a) Posição

| Categoria | Valores de mercado em 31.12.2024 | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------------|------------------|---------------------|
| | Faixas de vencimento - dias | Percentual por categoria | Valores de custo | Parâmetro utilizado |
| Natureza dos títulos | Indeterminado | | | |
| Valor justo por meio do resultado | 18.673.275,48 | 100% | 13.430.000,00 | |
| Fundos DI/FIQ/FI | 18.673.275,48 | 100% | 13.430.000,00 | Valor da Cota |
| Montante | 18.673.275,48 | 100% | 13.430.000,00 | |

| Categoria | Valores de mercado em 31.12.2023 | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------------|------------------|---------------------|
| | Faixas de vencimento - dias | Percentual por categoria | Valores de custo | Parâmetro utilizado |
| Natureza dos títulos | Indeterminado | | | |
| Valor justo por meio do resultado | 11.367.888,15 | 100% | 6.655.848,66 | |
| Fundos DI/FIQ/FI | 11.367.888,15 | 100% | 6.655.848,66 | Valor da Cota |
| Montante | 11.367.888,15 | 100% | 6.655.848,66 | |

b) Movimentação

| Discriminação: | Saldos em 31.12.2023 | Aplicações | Resgates | Rendimentos e ou atualizações | Saldos em 31.12.2024 |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|----------------|-------------------------------|----------------------|
| Valor justo por meio do resultado | 11.367.888,15 | 12.489.900,00 | (6.936.295,34) | 1.751.782,67 | 18.673.275,48 |
| Fundos DI/FIQ/FI | 11.367.888,15 | 12.489.900,00 | (6.936.295,34) | 1.751.782,67 | 18.673.275,48 |
| Totais | 11.367.888,15 | 12.489.900,00 | (6.936.295,34) | 1.751.782,67 | 18.673.275,48 |

| Discriminação: | Saldos em 31.12.2022 | Aplicações | Resgates | Rendimentos e ou atualizações | Saldos em 31.12.2023 |
|-----------------------------------|----------------------|--------------|-----------------|-------------------------------|----------------------|
| Valor justo por meio do resultado | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |
| Fundos DI/FIQ/FI | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |
| Totais | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |

| Discriminação: | Saldos em 31.12.2022 | Aplicações | Resgates | Rendimentos e ou atualizações | Saldos em 31.12.2023 |
|-----------------------------------|----------------------|--------------|-----------------|-------------------------------|----------------------|
| Valor justo por meio do resultado | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |
| Fundos DI/FIQ/FI | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |
| Totais | 16.879.858,66 | 6.500.000,00 | (13.909.999,99) | 1.898.029,48 | 11.367.888,15 |

06 - Créditos das operações de previdência complementar

a) Representado pelas rubricas e valores, a saber:

| Descrição | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Consignações de órgãos averbadores | 781.539,28 | 776.466,34 |
| Riscos vigentes não recebidos | 10.120.873,36 | 8.764.514,82 |
| Redução ao valor recuperável | (2.452.412,79) | (1.800.962,68) |
| Total | 8.449.999,85 | 7.740.018,48 |

b) Movimentação no exercício:

| Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo no início do período | 7.740.018,48 | 6.268.270,43 |
| - Prêmios emitidos | 9.324.015,21 | 9.317.502,22 |
| - Recebimentos | (6.454.270,70) | (6.225.546,29) |
| - Cancelamentos | (1.508.313,03) | (1.136.720,97) |
| - Reversão ao valor recuperável | 185.402,16 | 329.359,69 |
| - Redução ao valor recuperável | (836.852,27) | (812.848,60) |
| Saldo no final do período | 8.449.999,85 | 7.740.018,48 |

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular Susep nº 648/2021, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

c) Composição - redução ao valor recuperável

| Faixa de créditos vencidos | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| De 61 a 120 dias | 70.166,77 | 84.139,81 |
| De 121 a 180 dias | 374.848,67 | 60.450,32 |
| De 181 a 240 dias | 0,00 | 48.032,36 |
| De 241 a 300 dias | 0,00 | 72.607,65 |
| De 301 a 365 dias | 219,21 | 107.082,60 |
| Superior a 365 dias | 2.007.178,14 | 1.428.649,94 |
| Total | 2.452.412,79 | 1.800.962,68 |

07 - Assistência financeira a participantes

Considerando a relevância de seu saldo, detalhamos a rubrica como segue:

| Composição | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| Ativo Circulante | 7.220.909,76 | 6.675.341,66 |
| - Garantia de averbação | 50.032.598,08 | 45.624.536,08 |
| - Receitas a apropriar | (35.215.572,22) | (31.674.405,90) |
| - Redução ao valor recuperável | (7.596.116,10) | (7.274.788,52) |
| Não circulante | 81.087.558,26 | 74.880.415,91 |
| - Garantia de averbação | 150.192.399,02 | 141.302.696,80 |
| - Receitas a apropriar | (69.104.840,76) | (66.422.280,89) |
| Total | 88.308.468,02 | 81.555.757,57 |

08 - Securitização de parcelas de assistência financeira

a) A Entidade ("Cedente") firmou em 14.12.2020 com o Canal 75 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados ("Fundo" e "Administrador"), contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida à participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais são custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Custodiante"); e

b) Em 17.03.2021 firmou com o Guatambu Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados, contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida à participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais são custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Custodiante"), a seguir demonstramos o montante das concessões dos contratos de assistência financeira.

| Discriminação | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------------|--------------|
| Canal 75 - Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare) | 452 9.485.277,49 | 4.638.420,10 |
| Total | 452 9.485.277,49 | 4.638.420,10 |

| Discriminação | Quantidade | Valor de face | Valor da cessão | Quantidade | Valor de face | Valor da cessão |
|--|------------|---------------|-----------------|------------|---------------|-----------------|
| Canal 75 - Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare) | 452 | 9.485.277,49 | 4.638.420,10 | 126 | 2.789.102,90 | 1.327.278,51 |
| Total | 452 | 9.485.277,49 | 4.638.420,10 | 126 | 2.789.102,90 | 1.327.278,51 |

09 - Outros créditos

Constituído, a saber:

| Rubricas / Eventos | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|----------------------|------------|------------|
| Outros adiantamentos | 6.791,20 | 15.236,20 |
| Total | 6.791,20 | 15.236,20 |

10 - Despesas antecipadas

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

| Composição | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Assinaturas de jornais e periódicos | 699,52 | 1.626,72 |
| Seguros imóveis | 1.241,61 | 741,93 |
| Seguros veículos | 16.721,97 | 14.881,51 |
| Despesas com alimentação | 58.966,08 | 64.243,57 |
| Despesas condomínio | 2.677,30 | 823,23 |
| Total | 80.306,48 | 82.316,96 |

11 - Depósitos judiciais e fiscais

A Entidade é parte em ações judiciais em curso, dentre essas, há ações para as quais foram efetuados depósitos judiciais, apresentando os seguintes saldos em:

| Depósitos Judiciais e Fiscais | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|-------------------------------|------------|------------|
| - Ações cíveis | 449.774,51 | 211.938,04 |
| - Outros (administrativos) | 149.025,80 | 189.933,44 |
| Total | 598.800,31 | 401.871,48 |

12 - Investimentos

a) Investimento em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

| Investida | EQ Seguros S. A. | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| Capital social | | 15.022.161,56 | 12.022.161,56 |
| Patrimônio líquido | | 15.781.768,17 | 12.760.222,77 |
| Resultado do período | | 422.545,40 | 1.479.647,39 |
| Percentual de participação | | 82,753% | 78,449% |
| Valor atual do investimento | | 13.059.886,61 | 10.010.267,16 |
| Saldo anterior do investimento | | 12.431.249,00 | 9.431.249,00 |
| Aumento/redução ao valor recuperável | | 628.637,61 | 579.018,16 |

22 - Das provisões técnicas

2. a) Cálculo - elaborado sob a responsabilidade de empresa devidamente habilitada contratada pela Entidade, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

| Movimentação: | Provisões | | | | | | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|------------|------|------------|
| | PPNG | PMBC | PSL | IBNR | PDR | PCC | PVR |
| Saldo em 31.12.2023 | 368.787,32 | 2.611,05 | 500.499,80 | 842.700,00 | 46.880,07 | 0,00 | 91.295,48 |
| - Constituições decorrentes prêmios/contribuições | 4.497.873,97 | 0,00 | 0,00 | 9.318.621,70 | 676.314,50 | 0,00 | 191.081,54 |
| - Avisos de sinistros | 0,00 | 0,00 | 912.772,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| - Pagamentos de sinistros/benefícios | 0,00 | (2.031,58) | (571.279,88) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (5 |

3. b) Cobertura - A Entidade ofereceu em cobertura de suas Provisões Técnicas os seguintes bens e valores:

| Descrição: | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| - Quotas de fundos referenciado DI | 9.610.836,28 | 8.690.876,54 |
| Total | 9.610.836,28 | 8.690.876,54 |

23 - Teste de adequação de passivos - TAP

De acordo com as normas definidas na legislação vigente, o TAP foi elaborado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e considerações realistas. Foram avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos cuja vigência se iniciou até 31/12/2024. No cálculo das estimativas correntes do fluxo de caixa não registrados e registrados da PPNG, calculamos a probabilidade de sobrevivência e mortalidade, conforme a tábua BR-EMS 2021 masculina ou feminina, de acordo com o sexo do participante e sua idade projetada, com o propósito de buscar estimativas mais condizente com a realidade. Consideramos nesses fluxos a inserção de premissas financeiras e atuariais, tais como: taxa de cancelamento, fatores de representatividade às despesas administrativas, comerciais e relacionadas ao pagamento de sinistros.

Após a projeção de todos os fluxos nominais, calculamos suas respectivas estimativas correntes, descontando-os pela ETJ arbitrada pela SUSEP. Neste caso consideramos a taxa referente ao Cupom IGP-MFVG. O resultado final do estudo apontou para consistência em todas as provisões técnicas. Por fim é importante frisar que o TAP representa um estudo prospectivo de obrigações e direitos dos planos de pecúlios, cujos cálculos estão pautados em parâmetros probabilísticos e premissas estabelecidas com base no histórico da Entidade. Em razão da complexidade e da volatilidade destas variáveis, a realidade pode não ser captada, plenamente, no TAP.

24 - Análise de sensibilidade

A alínea e, inciso XI, artigo 126, da Circular Susep nº 648/2021, e alterações, determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade; mortalidade (frequência e severidade); sobrevivência; e inflação. Sabendo que o regime financeiro adotado nos planos de pecúlios administrados pela Entidade é o de repartição simples, que a Entidade não paga rendas vitalícias, não possui provisões de benefícios a conceder e os valores das provisões de benefícios concedidos são insignificantes, entendemos que as variáveis que poderão afetar, de alguma forma, o equilíbrio do plano são: taxa de juros, mortalidade e sinistralidade.

a) Taxa de juros - um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de pecúlios é alterar a taxa de juros ETJ no estudo do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e observar sua influência no resultado. A esta análise, vamos considerar uma alteração de 10% na taxa ETJ.

Tabela 1 - Cenário atual - Análise da variável taxa de juros.

| Data-Base | Taxa de juros | Resultado atual do TAP - Estimativa corrente não registrada da PPNG |
|------------|---------------|---|
| 31.12.2024 | ETTJ | -R\$ 2.108.296,83 |

Tabela 2 - Cenário alterando a ETJ em 10% - Análise da variável taxa de juros.

| Data-Base | Taxa de juros | Resultado atual do TAP - Estimativa corrente não registrada da PPNG |
|------------|---------------|---|
| 31.12.2024 | ETTJ x 110% | -R\$ 2.319.126,51 |
| 31.12.2024 | ETTJ x 90% | -R\$ 1.897.467,15 |

Conclusão: As alterações na taxa de juros ETJ, em 10%, não modificaram o resultado do TAP, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

b) Mortalidade - um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

Tabela 3 - Análise da variável mortalidade.

| Data-Base | Resultado atual do TAP - Estimativa Corrente não Registrada da PPNG | Resultado do TAP após elevação de 10% na mortalidade |
|------------|---|--|
| 31.12.2024 | -R\$ 2.108.296,83 | -R\$ 2.021.736,45 |

Conclusão: A elevação em 10% na mortalidade projetada no TAP não resultada em déficit nas estimativas futuras.

c) Sinistralidade - No âmbito da previdência aberta podemos definir sinistralidade como a relação entre os pecúlios pagos sobre as receitas arrecadadas com contribuições comerciais. Uma forma de analisar a sensibilidade da variável sinistralidade é elevar os pecúlios pagos durante o exercício estudado e assim verificar o impacto resultante.

As tabelas 4 e 5 apresentam o teste na variável sinistralidade considerando o período em análise.

Tabela 4 - Sinistralidade ocorrida no período - Análise da variável sinistralidade.

| Data-Base | Benefícios pagos | Contribuições retidas | Sinistralidade |
|------------|------------------|-----------------------|----------------|
| 31.12.2024 | R\$ 737.218,98 | R\$ 7.815.580,97 | 9,43% |

Tabela 5 - Sinistralidade ocorrida com elevação de 50% nos pecúlios pagos - Análise da variável sinistralidade.

| Data-Base | Benefícios pagos | Contribuições retidas | Sinistralidade |
|------------|------------------|-----------------------|----------------|
| 31.12.2024 | R\$ 1.105.828,47 | R\$ 7.815.580,97 | 14,15% |

Como mostra a tabela nº 05, a elevação em 50% nos valores dos pecúlios pagos durante o exercício vigente, a sinistralidade projeta atingiria níveis aceitáveis, dentro dos padrões de mercado.

25 - Outros débitos

A Entidade é parte em ações judiciais cíveis e processos administrativos as quais estão sendo contestados. O desfecho dessas ações e processos encontram-se indefinido, pendentes de recursos processuais. Seguindo o estabelecido nas normas vigentes os advogados externos com base em estudo pormenorizado dos processos e, consultando o histórico de desfechos de decisões judiciais transitadas em julgado, sobre causas de semelhante natureza no âmbito da Entidade, na jurisprudência e na existência de súmula de tribunais superiores sobre idênticas questões estimaram os valores de perda em R\$ 886.750,49 (R\$ 815.703,91 em 31.12.2023), sendo R\$ 262.426,91 (R\$ 98.283,93 em 31.12.2023), decorrentes de processos **Relacionados a Benefícios**, computado no Passivo Circulante - Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais e **Processos Cíveis** R\$ 624.323,58 (R\$ 717.419,98 em 31.12.2023), conforme demonstrados a seguir:

| Contingências cíveis - Relacionadas a benefícios | | | | | | |
|--|------------|----------------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
| Probabilidade de perda | Quantidade | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | | Valor Provisão |
| | | Valor Reclamado | Valor Provisão | Quantidade | Valor Reclamado | |
| Provável | 07 | 193.100,46 | 131.563,37 | 06 | 111.034,65 | 32.737,61 |
| Possível | 08 | 317.447,55 | 130.863,54 | 03 | 105.641,69 | 65.546,32 |
| Remota | 04 | 113.844,08 | 0,00 | 11 | 355.542,49 | 0,00 |
| Total | 19 | 624.392,09 | 262.426,91 | 20 | 572.218,83 | 98.283,93 |
| Contingências cíveis - Não relacionadas a benefícios | | | | | | |
| Probabilidade de perda | Quantidade | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | | Valor Provisão |
| | | Valor Reclamado | Valor Provisão | Quantidade | Valor Reclamado | |
| Provável | 061 | 2.143.287,61 | 624.323,58 | 059 | 1.352.306,93 | 717.419,98 |
| Possível | 023 | 568.932,31 | 0,00 | 026 | 687.796,80 | 0,00 |
| Remota | 490 | 38.532.728,32 | 0,00 | 456 | 19.190.870,65 | 0,00 |
| Total | 574 | 41.244.948,24 | 624.323,58 | 541 | 21.230.974,38 | 717.419,98 |

Os montantes foram provisionados baseados na opinião dos consultores jurídicos e da administração da entidade, e são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. Dentre essas ações para algumas existem: Depósitos judiciais e recursais R\$ 598.800,31 (R\$ 401.871,48 em 31.12.2023).

26 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 7.930,56 (R\$ 7.930,56 em 31.12.2023), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

27 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes:

| Descrição | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------------------|------------------------|
| Resolução CNSP Nº | 432/21 | 432/21 |
| Patrimônio líquido | 131.787.570,99 | 114.910.846,52 |
| Ajustes contábeis | (13.718.482,61) | (10.719.289,00) |
| Participações societárias - financeiras | (13.618.873,45) | (10.611.418,00) |
| Despesas antecipadas | (80.306,48) | (82.316,96) |
| Ativos intangíveis | (19.302,68) | (25.554,04) |
| Custos de aquisição diferidos | 0,00 | 0,00 |
| Ajustes associados de variações dos valores econômicos | 185.448,78 | 227.335,04 |
| Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP | 78.122,02 | 0,00 |
| Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registrados | 107.326,76 | 227.335,04 |
| Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 | (1.385.244,07) | (1.810.753,31) |
| PLA nível 2 + PLA nível 3 (-) 50% CMR | (2.675.786,55) | (1.566.707,87) |
| PLA nível 3 (-) 15% CMR | 1.385.244,07 | 1.810.753,31 |
| Excesso de PLA nível 2 + PLA nível 3 | (1.385.244,07) | (1.810.753,31) |

| Patrimônio líquido ajustado - PLA (total) | (A) | 116.869.293,09 | 102.608.139,24 |
|---|------------|----------------------|----------------------|
| PLA nível 1 | | 114.863.924,57 | 100.846.605,83 |
| PLA nível 2 | | 185.448,78 | 227.335,04 |
| PLA nível 3 | | 3.205.163,81 | 3.344.951,69 |
| Capital base | (B) | 0,00 | 0,00 |
| Capital de risco total | | 12.132.798,28 | 10.227.989,19 |

| | | |
|---|----------------------|----------------------|
| Parcela de risco de subscrição - Crsubs | 1.134.874,82 | 952.671,36 |
| Parcela de risco de crédito - Crcred | 7.290.563,66 | 6.277.136,24 |
| Parcela de risco operacional - Croper | 19.666,51 | 22.771,51 |
| Parcela de risco mercado - Crmerc | 7.298.457,00 | 6.010.686,00 |
| Benefício da Diversificação | (3.610.763,71) | (3.035.275,92) |
| Capital mínimo requerido - CMR | 12.132.798,28 | 10.227.989,19 |

| | | |
|--|-----------------------|----------------------|
| Suficiência de capital (PLA_CMAR) - (B) | 104.736.494,81 | 92.380.150,06 |
| Suficiência de PLA % | 863,25% | 903,21% |

| Suficiência de ativos garantidores | | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Ativos de garantidores aceitos | 9.610.836,28 | 8.690.876,54 |
| Valor a cobrir de provisões técnicas | (2.064.888,69) | (1.852.773,72) |
| Suficiência | 465,44% | 469,07% |
| Ajuste de qualidade do CMR | | |
| PLA nível 1 | 114.863.924,57 | 100.846.605,83 |
| PLA nível 2 | 185.448,78 | 227.335,04 |
| PLA nível 3 | 3.205.163,81 | 3.344.951,69 |
| PLA nível 1 / CMR | 946,72% | 985,99% |
| PLA nível 3 / CMR | 26,42% | 32,70% |
| (PLA nível 2 + PLA nível 3) / CMR | 27,95% | 34,93% |

28 - Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas a seguir:

| Períodos: | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------------------------|------------------------|
| Sinistros ocorridos | (516.115,35) | (916.075,94) |
| Despesas com benefícios - administrativos | (589.502,49) | (848.043,68) |
| Despesas com benefícios - judiciais | (147.716,49) | (41.851,38) |
| Variação provisão eventos ocorridos | 221.103,63 | (26.180,90) |
| Custo de aquisição | (1.907.127,11) | (1.941.966,45) |
| Despesas de corretagem e agenciamento | (1.713.218,11) | (1.696.720,40) |
| Despesas de custeamento e vendas | (193.909,00) | (245.246,05) |
| Despesas administrativas | (11.428.044,70) | (9.717.802,85) |
| Pessoal próprio | (6.922.261,12) | (5.928.510,68) |
| Serviços de terceiros | (3.147.955,51) | (2.528.403,68) |
| Localização e funcionamento | (986.392,03) | (958.716,46) |
| Publicidade e propaganda | (83.768,25) | (67.273,93) |
| Publicações | (775,66) | (2.000,00) |
| Donativos e contribuições | (96.645,60) | (106.096,98) |
| Administrativas diversas | (190.246,53) | (126.801,12) |
| Despesas com tributos | (352.552,44) | (335.113,01) |
| Impostos | (77.817,44) | (78.711,53) |
| Contribuições | (96.155,12) | (101.263,44) |
| Taxa de fiscalização | (179.207,88) | (155.078,04) |
| Receitas financeiras | 38.679.151,94 | 33.001.330,60 |
| Fundos de investimentos | 1.751.782,67 | 1.898.029,48 |
| Receitas com empréstimos | 33.667.782,04 | 26.174.720,64 |
| Reversão provisão sobre assistência financeira | 2.822.915,07 | 4.846.620,26 |
| Receita de juros ao capital | 392.245,00 | 24.510,50 |
| Outras receitas financeiras | 44.227,16 | 57.439,72 |
| Despesas financeiras | (15.449.820,49) | (14.790.441,12) |
| Provisões técnicas | (314.247,49) | (140.021,86) |
| Sobre ativos financeiros disponíveis para venda | 0,00 | 0,00 |
| Assistência financeira | (10.439.626,57) | (9.327.363,79) |
| Provisão sobre assistência financeira | (4.448.215,10) | (5.138.466,63) |
| Outras despesas | (247.731,33) | (184.588,84) |
| Receitas/despesas patrimonial | 538.135,28 | 562.182,80 |
| Receitas patrimoniais | 540.540,39 | 194.125,42 |
| Despesas patrimoniais | (52.024,56) | (53.672,24) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 49.619,45 | 421.729,62 |

| Outras receitas/despesas operacionais | (542.601,95) | (406.125,29) |
|---|--------------|--------------|
| Receitas operações repasses/cobranças | 120.000,00 | 120.000,00 |
| Reversões de redução ao valor recuperável para recebíveis | 185.402,16 | 329.359,69 |
| Reversões de provisões contingenciais | 137.390,74 | 153.129,67 |
| Recuperação de despesas | 32.857,15 | 21.353,97 |
| Despesas com redução ao valor recuperável para recebíveis | (836.852,27) | (812.846,60) |
| Despesas com provisões contingenciais | (181.399,73) | (217.122,02) |

29 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas originam-se de operações, a saber:

a) Transações de natureza operacional (seguros contratados) - A Entidade mensalmente repassa para a EQ Seguros S. A., a título de repasse o montante integral proveniente dos recebimentos de prêmios de seguros contratados por terceiros, transações essas realizadas em condições normais de mercado, a saber:

| Eventos / Rubricas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---------------------|---------------------|
| Repasse de prêmios de seguros contratados por terceiros no período | 46.816,79 | 92.542,66 |
| Seguros de vida coletivo - prestamistas (repasso) | 46.816,79 | 92.542,66 |
| Prêmios de seguros contratados - próprio | 1.383.449,57 | 1.217.887,80 |
| Seguros de vida em grupo - empregados | 10.849,95 | 8.965,94 |
| Seguro prestamista coletivo contratados | 1.372.599,62 | 1.208.921,86 |
| Total | 1.430.266,36 | 1.310.430,46 |

b) Prestação de serviços administrativos - Utilização da estrutura física e de pessoal da Equatorial Previdência Complementar, pela EQ Seguros S. A., sem contraprestação financeira.

Goiânia, 31 de dezembro de 2024.

| | | |
|---|---|---|
| Aldomiro Pereira Faleiro Diretor Presidente | Aldo Faleiro Vice-presidente | Frederico Faleiro Diretor Administrativo Financeiro |
| Djalma Alves Monteiro Diretor Técnico | Mardley Gomes Teixeira Atuário MIBA nº 1233 | Gilmar da Silva Tavares Contador CRC/GO nº 017449/O-6 |

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores da Equatorial Previdência Complementar

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Equatorial Previdência Complementar** - "Entidade", em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **Equatorial Previdência Complementar** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Equatorial Previdência Complementar** em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos